

Entrevista de Luis Felipe Miguel

Concedida a
Philippe Chaves Guedon,
Ícaro Jatobá
e
Ronaldo Canabarro¹

¹ Alunos do Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais e membros do conselho editorial da Revista Mosaico.

mosaico



Luis Felipe Miguel é Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, Mestre em Ciência Política pela UnB e graduado em Comunicação Social pela UFSC. Hoje, é professor titular livre do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, onde coordena o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê). Em sua trajetória trabalhou com temas caros a teoria política, comunicação política e a democracia. Recentemente publicou dois livros: *Dominação e Resistência* (Boitempo, 2018) e *O Colapso da Democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016* (Expressão Popular, 2019).

Mosaico: Agradecemos por ter aceito o nosso convite e dizer que é uma honra contar com sua colaboração. Inicialmente pensamos como tema a violência política como uma grande chave, para pensar desde a Teoria Política, experiência histórica e a conjuntura. Utilizaremos três grandes chaves para essa entrevista, a primeira é sobre sua trajetória, a segunda chave é pensar a Violência Política pensando nesses campos que mencionamos, e no final o foco na conjuntura.

Você poderia descrever sua trajetória pessoal/profissional?

Luis Felipe Miguel: Eu sou carioca, nascido no Rio de Janeiro em 1967. Minha família era de Florianópolis, mas os meus pais tiveram que sair de lá depois do golpe de 1964. Eles eram visados como pessoas à esquerda: minha mãe era militante do Partido Comunista, já meu pai não era militante filiado, mas era um jornalista com posições à esquerda em uma cidade muito pequena. Depois do golpe eles foram presos por algum tempo e depois de soltos mudaram para o Rio, que era uma cidade maior onde eles podiam se perder na multidão. Foi uma espécie de exílio interno, e por esse motivo eu acabei nascendo no Rio. Meu pai era jornalista e minha mãe professora de História, aposentada compulsoriamente depois do golpe. Esse é meu ambiente familiar, um ambiente intelectualizado e à esquerda.

Mosaico: Podemos imaginar então que seu interesse pelas Humanidades veio de casa?

Luis Felipe Miguel: Com a abertura política minha família voltou para Santa Catarina, então eu terminei meus estudos em Florianópolis, e bem garoto eu comecei a militar politicamente, também no Partido Comunista Brasileiro, que na época estava na clandestinidade. Quando decidi que tipo de curso eu iria seguir, embora minha inclinação inicial fosse fazer matemática, que era o que eu gostava na escola, acabei escolhendo jornalismo, um pouco por imaginar que isso me daria maior capacidade de intervenção política. Fiz minha graduação em Comunicação Social, mas eu comecei a trabalhar como jornalista ainda na

graduação, de maneira que quando eu me formei eu já sabia que o jornalismo não era para mim... Daí eu fui procurar uma pós-graduação em Ciência Política.

Mosaico: O início da sua graduação foi em 1985? E como você enxergava esse momento a partir do contexto universitário, considerando a abertura política e todos os temas que estavam em jogo naquele momento?

Luis Felipe Miguel: A gente teve um processo de transição bastante tumultuado, não apenas pela derrota da Emenda das Diretas, que forçou uma negociação ainda mais restrita para a chegada da oposição ao poder, como pelo acidente de percurso, que foi a morte do Tancredo Neves, deixando a presidência na mão do José Sarney. Havia naquele momento muita tensão, muita dúvida sobre qual era a dimensão da redemocratização que os militares permitiriam, porque eles continuavam detendo muitos recursos de poder, mesmo com a presidência já nas mãos de um civil. O processo da Assembleia Nacional Constituinte também não foi aquele que era esperado: não foi uma Constituinte exclusiva e senadores eleitos ainda na ditadura militar permaneceram com mandatos. como constituintes. Foi um processo bastante tenso, havia muita boataria, pressões muito fortes, inclusive das Forças Armadas, mas de maneira geral existia uma expectativa de um processo de transformação política profunda, talvez mais lento do que a gente esperava, mas caminhando na direção da construção de uma institucionalidade mais democrática e de melhores condições para a luta social. Foi um momento de bastante esperança. Eu sempre penso num paralelo: eu tenho um filho que entrou na universidade em 2018, em um momento delicado, com circunstâncias bastante opostas. Em 1985 a expectativa era de melhoria política, de consolidação da democracia e hoje temos uma regressão disso tudo.

Mosaico: O senhor citou que a sua decisão pela área de Ciências Sociais foi motivada pela sua socialização política prévia. Você teve também alguma influência de alguma leitura teórica significativa, que

apoiou nessa escolha pela área de Humanidades?

Luis Felipe Miguel: Eu comecei a militar com 15 anos, quando entrei naquilo que então era chamado de “segundo grau”. Eu gostava muito de literatura, lia muita literatura; mas as minhas leituras teóricas eram marxistas. Na minha adolescência eu li muito Marx, Lênin, um pouco de Gramsci, mas basicamente os clássicos do pensamento marxista. Eles formaram a base da minha compreensão de mundo. Quando eu entrei na pós-graduação, fiz um esforço para ampliar meu horizonte de leituras e incorporar às minhas reflexões outras vertentes do pensamento político e do pensamento social. Fiz o esforço de ler, tanto para incorporar quanto para criticar com mais base, os autores liberais, os autores críticos de vertentes não marxistas etc. Mas até o momento em que ingressei na faculdade, minha formação teórica era basicamente marxista.

Mosaico: Qual o motivo da escolha pela UnB para cursar o mestrado?

Luis Felipe Miguel: Na verdade, a UnB foi uma mistura de caráter prático, de questões pessoais e de interesse acadêmico. As questões pessoais envolviam o meu irmão que morava em Brasília e me dava uma estrutura básica para eu me ambientar na cidade, e também o fato da Universidade de Brasília ter uma oportunidade de pós-graduação tanto na área da Ciência Política, que era do meu interesse, quanto na área da Literatura, que era o interesse da minha mulher, Regina, hoje professora de Literatura Brasileira da UnB. Na Ciência Política a UnB tinha entre seus professores, naquela época, um professor que trabalhava com as relações entre civis e militares, que era o tema que me interessava. Ele trabalhava com perspectivas com as quais eu me identificava, embora não fosse marxista. Ele tinha a percepção da necessidade de imposição de um controle civil forte sobre as Forças Armadas, coisa que na época dividia os cientistas políticos, porque tinha quem julgava que, em nome do realismo político, era necessário entender que a gente não conseguiria ser capaz de impor esse controle civil tão estrito e o caminho seria “constitucionalizar” a tutela militar. Então eu busquei a UnB para trabalhar com ele, que foi meu orientador do

mestrado, o professor Walder de Góes.


Mosaico: Tratando sobre seus campos de estudos mais atuais, como o senhor diria que divide a sua atenção? Nos últimos anos você trabalhou com Teoria Política, Ensaios Conjunturais, além de estudos empíricos, como o estudo sobre a sub-representação feminina. Como você trabalha essa pluralidade de temas, como que você divide a sua atenção de maneira prática?

Luis Felipe Miguel: Eu fiz meu doutorado na Unicamp, trabalhando com discurso político, com o conceito de “mito político”. Como o discurso político nas sociedades contemporâneas depende de formas de difusão intermediadas por diferentes meios de comunicação, acabei me localizando naturalmente no campo das relações entre mídia e política, que foi a minha principal área de estudos nos primeiros anos da minha carreira acadêmica. Embora tenha feito vários estudos empíricos sobre a relação entre mídia e política no Brasil, fui me preocupando em aprofundar um modelo teórico dessas relações, que me levou a compreensão de que os meios de comunicação deveriam ser entendidos como uma esfera de representação política. Foi isso que me aproximou dos estudos de representação política, que vão se tornar o principal espaço de trabalho acadêmico meu nos anos seguintes. Trabalhando com representação política eu cheguei na teoria feminista, porque acredito – e tenho dito isso sempre – que a teoria política feminista deu as principais contribuições para renovar os estudos de representação política a partir dos anos 1990. De lá para cá, o que de mais interessante se produziu em termos de teoria da representação política nasce diretamente ou pelo menos é fortemente influenciado pela teoria feminista, que recolocou as questões da representação, assim como várias outras questões da teoria política, em outro patamar. Nesse percurso, nunca parei de fazer estudos de caráter mais empírico, até por uma posição metodológica de que essa divisão entre teoria e estudo empírico precisa ser esmaecida, porque na verdade é um caminho de mão dupla. Mas a minha motivação principal sempre foi mais teórica. Eu estava cada vez mais me deslocando fortemente para a elaboração teórica até que fui atropelado pela conjuntura brasileira. Acho que isso não aconteceu só comigo, aconteceu com muita gente nas áreas das ciências sociais e

humanas em geral – a conjuntura brasileira que se acelerou tremendamente, para transformações negativas, a partir de 2013 ou 2014. Ela se impôs, inclusive sobre as nossas agendas de pesquisa. Então hoje eu tenho me dedicado, sobretudo, a entender essa realidade que é uma realidade brasileira, mas é também uma realidade global. A gente vive uma crise da democracia liberal que não acontece apenas no Brasil, acontece de diferentes maneiras pelo mundo afora. Nos últimos anos eu tenho me dedicado a esse esforço de interpretação, que de alguma maneira casa com o acúmulo que eu tinha nas discussões da teoria da democracia, entendendo que essa teoria está sendo desafiada exatamente por esse refluxo da democracia. Quer dizer: boa parte dos pressupostos e das zonas de consenso que existiam nessa teoria se mostraram fragilizados com esse recrudescimento de percepções autoritárias e essa incapacidade generalizada da institucionalidade democrática de responder à ofensiva autoritária. Então, embora seja uma trajetória talvez um tanto quanto errática, eu julgo que existe uma linha de continuidade que me faz passar de uma questão à outra. Isso provavelmente é aquilo que o Bourdieu chamava de "ilusão biográfica": a gente acaba construindo coerência em algo que vai mais ou menos empurrado pelas circunstâncias. Mas é a narrativa que eu construo para mim mesmo.

Mosaico: A presente edição da nossa revista trata da temática da Violência Política e parte dessa discussão é teórica, como o senhor enfrenta o debate da Teoria Política nesse terreno? Levando em consideração o seu artigo publicado "Violência e Política".

Luis Felipe Miguel: Posso dizer que ainda concordo comigo mesmo, com aquilo que eu escrevi naquele texto. Nem sempre isso acontece porque as vezes a gente avança e revisa fortemente coisas que tinha pensado antes... Eu acredito que a teoria política tem dificuldade em lidar com o tema da violência. É um tema que tende a ser escamoteado por determinadas fórmulas e não enfrentado, sobretudo na teoria da democracia. O tema fica emudecido diante da pulsação da violência que permanece nos embates políticos. Existe, é claro, um esforço da institucionalidade política para conter o uso dessa violência, mas a gente sabe – e, aliás, os últimos anos têm escancarado isso ainda mais – que



a contenção da violência sempre é condicional. O risco de que a violência irrompa novamente e se torne o elemento central da definição do resultado das disputas políticas está sempre presente. Mas a teoria política tende a deixar de lado essa constatação e, mais do que isso, boa parte da teoria da democracia tende a abraçar uma definição da violência na política que a reduz a suas manifestações abertas. E esse é um outro problema. A nossa institucionalidade, qualquer institucionalidade, mesmo de um país ainda regido pelas regras da democracia liberal, vai definir determinados comportamentos como inaceitáveis por serem violentos, mas ao definir outros procedimentos como aceitáveis ela acaba limpando o caráter de violência deles. Então temos formas de violência estatal que circulam socialmente como legítimas e que não causam escândalo por serem violentas, exatamente porque elas são legitimadas por uma certa institucionalidade, por discursos associados a essa institucionalidade. E temos formas de violência institucional, que são formas de violência também, pesadas, que afetam profundamente a capacidade de autonomia das pessoas sobre suas próprias vidas, que têm consequências materiais profundas, mas que nem aparecem como violência, exatamente porque são constitutivas do mundo social. Então, quando pensamos em violência política tendo apenas em vista jogar pedra ou queimar automóveis, deixamos de ver a violência do aparelho repressivo de Estado e a violência institucional que condena à privação e à falta de autonomia milhões de pessoas. Ou seja, é um retrato bastante incompleto do que é a violência na política, do seu significado e das suas consequências.

Mosaico: Pensando na diferenciação que o senhor faz entre violência aberta e violência estrutural, você imagina que existe espaço para estratégias de negociação não violentas, possíveis e eficientes, através das quais os maiores prejudicados desse sistema podem reivindicar sua supressão?


Luis Felipe Miguel: Eu acho que não temos uma resposta fácil para as questões que envolvem a presença da violência na política. O realismo político nos mostra que evidentemente as formas de negociação são necessárias, mas o resultado dessas negociações, inclusive a expectativa com respeito aos frutos delas, depende da capacidade da mobilização de recursos por cada um dos

lados envolvidos. Quer dizer, é importante, até como parte da disputa política, a mobilização da indignação moral contra a violência. Mas é necessário que os grupos em posição de vulnerabilidade, os grupos dominados, sejam capazes de mobilizar recursos que forcem a obediência da negociação por parte dos grupos dominantes. Existe uma lição do realismo maquiaveliano que não pode ser abandonada, que aqueles que detêm os recursos de poder vão estar permanentemente tentados a utilizar esses recursos em seu próprio benefício, a não ser que exista uma capacidade de contenção por outras forças. No momento em que vivemos, a força de contenção das próprias normas institucionais já está reduzida pelo acirramento do apetite dos grupos dominantes. Um dos meus problemas com boa parte da teoria política recente é que ela recuou para um idealismo pré-maquiaveliano e acredita na possibilidade de universalização de comportamentos baseados exclusivamente na força moral. Isso a meu ver é uma ilusão. A redução das violências estruturais só ocorrerá na medida em que os grupos que as sofrem sejam capazes de mobilizar recursos de poder para se contrapor a elas.

Mosaico: Pensando em termos conjunturais, a partir do momento em que a violência se torna operante da política, podemos considerar que os últimos episódios de violência extrema, cometidos por agentes estatais, configuram o que vem sendo chamado de necropolítica? Como o senhor vê esse termo e a sua utilização?

Luis Felipe Miguel: Eu confesso que, até recentemente, achava que esse conceito de “necropolítica” era muito mais uma espécie de slogan, servindo para mobilizar determinados afetos políticos, do que de fato uma ferramenta analítica para uma interpretação mais aprofundada da realidade. Estou convencido que essa compreensão estava errada; estou convencido que de fato existe uma gestão da morte por parte dos ocupantes do poder, a partir de uma visão bastante forte de que grupos populacionais inteiros são descartáveis, dispensáveis, de que na verdade são estorvos para gestão do mundo social, da forma que eles querem. Então o termo necropolítica corresponde a uma das lógicas presentes na gestão de Estado no Brasil. Estamos vendo um crescimento da repressão estatal – nunca foi baixa no Brasil, mas tem aumentado, tanto a

Entrevista concedida à Mosaico




violência política, como a violência contra os movimentos sociais, contra mobilizações populares. A gente tem visto o aumento da violência, por exemplo, contra lideranças indígenas, lideranças camponesas. Ao mesmo tempo, amplia-se ainda mais a violência seletiva do aparelho de Estado, contra as populações pobres, periféricas e negras, e mais do que isso, há o crescimento de um discurso público de legitimação dessa violência. Se antes esse discurso existia, havia certo pudor para que agentes situados em posições relativamente centrais no campo político legitimassem abertamente essa violência. Esse pudor tem desaparecido: a gente vê hoje o presidente da República, o ministro da Justiça e governadores dos principais estados apoiando abertamente a escalada da violência policial contra essas populações. Ao mesmo tempo começa um tipo de reação, eu acho que essa reação ainda é insuficiente, ainda é episódica, mas começa a ter um poder de constrangimento. O primeiro passo é constranger esses discursos, porque enquanto os detentores do poder de Estado não são capazes de sequer assumir um discurso que condene essa violência, nós vamos ter bloqueado o caminho para que de fato a violência seja reduzida. Inclusive que o que aconteceu em Paraisópolis agora (o entrevistado refere-se à ação da PM paulista que resultou em 9 mortes na comunidade de Paraisópolis) representa um momento de transição, porque depois de vários casos de absurda violência dos agentes da repressão estatal, pela primeira vez há um caso que obrigou um governador, no caso o João Dória, a recuos no seu discurso de benevolência para com a polícia. Isso pode mostrar o começo de uma reação da sociedade. É uma reação difícil por causa do predomínio do discurso de senso comum sobre segurança pública que legitima a violência de Estado, mas esse combate tem que ser feito. Nós tivemos também uma vitória muito parcial, mas importante, que foi a retirada do excludente de ilicitude do pacote de Segurança Pública no Congresso Nacional, mas se a gente não reagir, a gente estará de fato diante da adoção de uma política de extermínio pelo Estado brasileiro.

Mosaico: Em 2016 o senhor ministrou a disciplina Golpe 2016 na UNB, como que foi essa experiência para você, para os alunos e para a Universidade?

Luis Felipe Miguel: A disciplina acabou ganhando uma notoriedade por conta da tentativa de censura do ministro da Educação da época, Mendonça Filho. Mas aqui na UnB não houve grandes problemas. Houve uma tensão inicial, com ameaça do MEC de retaliar contra a universidade – inicialmente contra mim, mas a UnB assumiu a responsabilidade pela oferta da disciplina, e eu tenho que reconhecer a posição muito clara da reitoria da UnB, já que afinal a disciplina é da instituição e não de um professor. Houve agitação dos grupos da extrema-direita aqui no Distrito Federal, inclusive incitação à violência contra mim e contra os estudantes, com alguns influenciadores do Youtube vinculados à extrema-direita sugerindo que as pessoas impedissem que a disciplina ocorresse, mas depois dessa tensão inicial a disciplina transcorreu normalmente e foi muito produtiva. A tensão prejudicou as primeiras aulas, inclusive tínhamos a presença de seguranças para qualquer eventualidade, o que era algo muito desagradável, tanto para mim, como para os estudantes. Em outras universidades que acabaram produzindo cursos semelhantes, como forma de solidariedade, como forma de afirmação do valor de autonomia universitária, em algumas delas a situação foi pior. Em locais em que havia juízes muito vinculados à extrema-direita ou procuradores muito ideologizados, houve perseguição. Teve caso em que reitores foram convidados a prestar depoimento na polícia, explicar decisões acadêmicas. Mas aqui na UNB isso parou porque o MEC recuou diante da repercussão negativa das ameaças do ministro.

Mosaico: Recentemente veio a público a notícia que o senhor fora intimidado por professores de extrema-direita na universidade. Como o senhor enxerga essa escalada de momentos de violência projetadas contra figuras públicas que expressam posições abertamente de esquerda?

Luis Felipe Miguel: Tem um grupo muito pequeno, muito irrelevante dentro da universidade, de professores da extrema-direita, vinculados ao bolsonarismo, e eles adotaram a estratégia de intimidação por via judicial. Eles têm ensaiado entrar com processos contra professores e/ou estudantes com posições à esquerda, com o objetivo expresso de fazer com que essas pessoas se calem. São processos sem pé e sem cabeça, que, mesmo com todos os retrocessos que a gente já sofreu no Brasil, não têm a menor condição de prosperar. No meu



caso não foi um processo, foi apenas uma interpelação judicial, mas tão absurda que pedia que eu desse justificativas para as minhas críticas ao governo Bolsonaro, por exemplo. Então há uma tentativa de limitar a liberdade de expressão, claramente, e eles sabem que não têm condições de ganhar a batalha judicial, mas sabem também que quando você recebe um oficial de justiça na sua casa para responder uma interpelação judicial ou pior ainda, uma queixa-crime, você perde o seu tempo, você perde a sua paz de espírito e eventualmente perde dinheiro por ter que constituir um advogado para defesa. O objetivo deles é entrar com esses processos – não foi apenas comigo, eu identifiquei vários colegas que passaram por situação semelhante – para que você se preserve da incomodação e pare de falar. É uma forma de litigação judicial de má-fé, que busca restringir a expressão pública de posições divergentes das deles. Eu imagino que essa estratégia tem fôlego curto. A partir desses casos iniciais, que aconteceram no começo desse semestre, houve por um lado uma articulação das associações de professores, associações científicas e grupos que defendem a democracia, a liberdade de expressão, a autonomia universitária, e essa articulação está criando uma rede de proteção à liberdade de expressão dos professores. Temos advogados que se dispõem a atuar nessa direção e existe um desvelamento da estratégia deles. Quando a gente sabe que a estratégia é simplesmente incomodar, a capacidade de incomodar diminui. Acho que isso nesse momento vai ser vencido, mas com certeza é uma forma de "bullying" judicial, com a ideia de que, uma vez que eles chegaram ao poder central no Brasil, eles serão capazes de silenciar as vozes discordantes.

Mosaico: Por essas e outras razões, a América Latina hoje está em momentos de constante ameaça ao jogo democrático ou explicitamente ameaça e violação. Como o senhor vê esse momento da América Latina?

Luis Felipe Miguel: Eu acho que temos um contexto global de retração da democracia liberal, inclusive nos países centrais. Está vinculado ao atual momento de crise também global da economia capitalista, que aumenta o conflito distributivo e torna mais custosas aquelas concessões que na democracia liberal eram feitas para apaziguar o conflito social. É um ambiente geral. Na América

Latina, também por conta dessa crise do capitalismo global, existe claramente um esforço dos Estados Unidos para recuperar um controle mais estrito sobre a região. Então as nossas democracias estão ameaçadas, ou estão caindo, estão sendo golpeadas, estão sendo fraturadas de diferentes maneiras, também a fim de que iniciativas de ampliação das soberanias nacionais e de maior distanciamento em relação aos interesses estadunidenses sejam cortados. Não é à toa que em todos esses processos – no Brasil, com o golpe de 2016, depois com a vitória de Bolsonaro, na Argentina com a vitória do Macri, com o golpe na Bolívia contra o Evo Morales, as tentativas de subversão na Venezuela, o que aconteceu no Equador, enfim, por toda a América Latina – as intervenções vão no sentido de redução dos espaços democráticos, mas também sempre no sentido de um maior alinhamento aos Estados Unidos, de desnacionalização da economia, de transferência do controle de riquezas para empresas estrangeiras e assim por diante. Acho que no caso latino-americano sofremos a confluência entre a onda global de redução de espaço da democracia liberal e a nova investida do império para controlar a região.

Mosaico: Agradecemos a sua participação, o planejamento é divulgar a presente edição em janeiro.